

P. F.
Strawson
e a Tradição
Filosófica

Itamar Luís Gelain
Jaimir Conte
(Orgs.)



Esta coletânea é um tributo a Peter Frederick Strawson pelo centenário de seu nascimento (1919-2019). Diferentemente de outras coletâneas, esta propõe colocar em relevo a interlocução de Strawson com a tradição filosófica. Em outras palavras, por um lado, queremos evidenciar as discussões que Strawson travou com os seus contemporâneos (Austin, Quine, Russell e Wittgenstein), e, por outro, a influência que recebeu e as críticas que dirigiu àqueles que o precederam na história da filosofia (Aristóteles, Descartes, Hume, Kant). Poderíamos ter enriquecido a lista acima com o nome de muitos outros filósofos com os quais Strawson teve contato, mas julgamos que o trabalho ficaria bastante extenso. Por esse motivo, optamos por aqueles nomes mais significativos que figuram na construção da história intelectual de Strawson. O presente volume reúne nove capítulos que levam como título o nome de Strawson e do filósofo com o qual ele dialogou ao longo de suas obras. Essa opção na nomeação dos capítulos por si só já permite colocar em evidência os principais filósofos pelos quais Strawson se interessou e com os quais se confrontou ao longo de seu trabalho filosófico. Com exceção do capítulo sobre Wittgenstein, que é uma versão revisada de um texto publicado anteriormente, todos os outros capítulos são inéditos e foram escritos especialmente para esta coletânea. O volume inclui na abertura a tradução de "Um fragmento de autobiografia intelectual", de P. F. Strawson. Quando elegemos como título desta obra, Strawson e a tradição filosófica, não estamos insinuando que Strawson é um historiador da filosofia e muito menos que se interesse por historiografia. O título desta obra apenas quer indicar que Strawson, por um lado, transita na história da filosofia com alguma facilidade, além de nutrir um grande apreço por ela e, por outro, que ele discute com os principais nomes da história da filosofia no que concerne aos temas de seu interesse. A sua proposta filosófica é alimentada e irrigada por esse conhecimento, o que lhe dá a possibilidade de assumir na maioria das vezes posições ponderadas e equilibradas acerca de temas complexos por ele tratados.



P. F. Strawson e a Tradição Filosófica



Comitê Editorial da Série

Filosofia & Interdisciplinaridade

- **Aginaldo Cuoco Portugal**, UNB, Brasil
- **Alexandre Franco Sá**, Universidade de Coimbra, Portugal
- **Christian Iber**, Alemanha
- **Claudio Gonçalves de Almeida**, PUCRS, Brasil
- **Cleide Calgato**, UCS, Brasil
- **Danilo Marcondes Souza Filho**, PUCRJ, Brasil
- **Danilo Vaz C. R. M. Costa**, UNICAP/PE, Brasil
- **Delamar José Volpato Dutra**, UFSC, Brasil
- **Draiton Gonzaga de Souza**, PUCRS, Brasil
- **Eduardo Luft**, PUCRS, Brasil
- **Ernildo Jacob Stein**, PUCRS, Brasil
- **Felipe de Matos Muller**, UFSC, Brasil
- **Jean-François Kervégan**, Université Paris I, França
- **João F. Hobuss**, UFPEL, Brasil
- **José Pinheiro Pertille**, UFRGS, Brasil
- **Karl Heinz Efken**, UNICAP/PE, Brasil
- **Konrad Utz**, UFC, Brasil
- **Lauro Valentim Stoll Nardi**, UFRGS, Brasil
- **Marcia Andrea Bühring**, PUCRS, Brasil
- **Michael Quante**, Westfälische Wilhelms-Universität, Alemanha
- **Miguel Giusti**, PUCP, Peru
- **Norman Roland Madarasz**, PUCRS, Brasil
- **Nythamar H. F. de Oliveira Jr.**, PUCRS, Brasil
- **Reynner Franco**, Universidade de Salamanca, Espanha
- **Ricardo Timm de Souza**, PUCRS, Brasil
- **Robert Brandom**, University of Pittsburgh, EUA
- **Roberto Hofmeister Pich**, PUCRS, Brasil
- **Tarcílio Ciotta**, UNIOESTE, Brasil
- **Thadeu Weber**, PUCRS, Brasil

P. F. Strawson e a Tradição Filosófica

Organizadores:

Itamar Luís Gelain

Jaimir Conte



Diagramação: Marcelo A. S. Alves

Capa: Carole Kümmecke - <https://www.behance.net/CaroleKummecke>

O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.



Todos os livros publicados pela Editora Fi estão sob os direitos da [Creative Commons 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR) https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR



Associação Brasileira de Editores Científicos

<http://www.abecbrasil.org.br>

Série Filosofia e Interdisciplinaridade — 109

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

GELAIN, Itamar Luís; CONTE, Jaimir (Orgs.)

P. F. Strawson e a Tradição Filosófica [recurso eletrônico] / Itamar Luís Gelain; Jaimir Conte (Orgs.) -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2019.

244 p.

ISBN - 978-85-5696-689-6

Disponível em: <http://www.editorafi.org>

1. P. F. Strawson; 2. Filosofia; 3. História da filosofia; 4. Filosofia contemporânea; 5. Biografia; I. Título.

CDD: 100

Índices para catálogo sistemático:

1. Filosofia 100

Sumário

Apresentação	9
Itamar Luís Gelain; Jaimir Conte	
1	11
Um fragmento de autobiografia intelectual	
P. F. Strawson	
2	23
Strawson e Aristóteles	
Lucas Angioni	
3	39
Strawson e Descartes	
Plínio Junqueira Smith	
4	65
Strawson e Hume	
Itamar Luís Gelain; Cristina de Moraes Nunes; Jaimir Conte	
5	89
Strawson e Kant	
Tiago Falkenbach	
6	125
Strawson, Kant e Berkeley	
Marco Antonio Franciotti	
7	145
Strawson e Russell	
Roberta Corvi	

8	167
Strawson e Austin	
Susana Badiola	
9	187
Strawson e Wittgenstein	
Jónadas Techio	
10	223
Strawson e Quine	
Rogério P. Severo	
Sobre os autores	243

Strawson e Quine

Rogério P. Severo

Este artigo narra a história de uma divergência, e por meio dela apresenta algumas diferenças entre as filosofias destes dois grandes filósofos contemporâneos, P. F. Strawson (1919-2006) e W. V. Quine (1909-2000). O objeto declarado da divergência de que aqui tratamos foi a *tese da eliminabilidade dos termos singulares*, rejeitada por Strawson e defendida por Quine. Como seguidamente acontece em divergências filosóficas, também esta tinha raízes mais profundas, nas concepções de filosofia e nos projetos filosóficos em que cada um se engajou. Como essa é uma situação filosófica recorrente, e como o desvelamento das raízes mais profundas de divergências declaradas pode ser esclarecedor para todos (uma espécie de moral da história), e como, ainda, a divergência particular protagonizada por Quine e Strawson ecoa diversas outras da história da filosofia, vale a pena rever alguns detalhes desse vai e vem dialético de Strawson e Quine a respeito de termos singulares.

1. Busca da clareza e busca da verdade

Strawson e Quine estão entre os filósofos mais importantes e influentes do século vinte, sobretudo da sua segunda metade, período em que publicaram suas principais obras.¹ Ambos

¹ *Individuals*, de Strawson, e *Word and Object*, de Quine, – apenas para mencionar duas obras muito influentes – foram respectivamente publicadas em 1959 e 1960.

pertenceram à chamada *filosofia analítica*, aquela tradição de pensamento bastante heterogênea que elegeu a análise da linguagem como seu instrumento de trabalho mais importante, às vezes único. Sob sua rubrica coisas muito distintas foram feitas (Faria, 2006). Strawson e Quine são expoentes de duas grandes vertentes dessa tradição, a filosofia da linguagem comum (*ordinary language philosophy*) e o naturalismo, que podem ser vistas como escolas de pensamento divergentes no interior da filosofia analítica.

Strawson e outros filósofos da linguagem comum – dentre os quais se encontram Gilbert Ryle e John Austin, ambos colegas de Strawson na Universidade de Oxford – foram notadamente influenciados pela filosofia de Wittgenstein, e conceberam a atividade filosófica como tendo por meta principal o esclarecimento conceitual ou linguístico. A formulação dos problemas filosóficos, escreveu Wittgenstein no Prefácio ao seu *Tractatus*, “repousa sobre um mau entendimento da lógica de nossa linguagem” (2008, p. 131). A meta principal da filosofia não seria, então, a busca da verdade – isso ficaria ao encargo das ciências – mas a busca da clareza. Os filósofos da linguagem comum, cada um a seu modo, conduziram essa busca da clareza tendo como ponto de partida o pano de fundo – para eles inescapável – fornecido pela linguagem comum. A compreensibilidade das noções técnicas da ciência e da metafísica foi em geral vista por eles como dependente da compreensibilidade das noções não técnicas da linguagem comum. Noções técnicas são criações ou sofisticações feitas a partir da linguagem comum e é em seus termos que elas podem se deixar explicar, quando efetivamente fazem sentido.

Strawson, no entanto, fez uma ressalva: argumentou que o esclarecimento da estrutura mais básica de nosso pensamento (ou “esquema conceitual”) não tem como ser feita exclusivamente por meio da análise linguística. Haveria um “núcleo central massivo” que estaria sempre pressuposto e que permaneceria subjacente a

qualquer análise. Mesmo a análise da linguagem comum o pressuporia. Esse núcleo central seria tão básico que sequer teria uma história (Strawson, 1959, p. 10); ele teria permanecido inalterado ao longo da evolução de nossos modos de pensar. Desse núcleo fariam parte as noções de *coisas particulares* e *pessoas*, por exemplo. A descrição clara desse núcleo básico e a-histórico de nosso modo de pensar constituiria um empreendimento não de mera análise linguística, mas de *metafísica descritiva*, que teria como meta “encontrar razões [...] para aquilo em que instintivamente acreditamos” (Strawson, 1959, p. 247). Não se trataria de descobrir verdades novas (como fazem as ciências empíricas ou como pretendeu fazer a metafísica do passado), mas de tornar claras e justificadas algumas crenças que sempre tivemos, mas que permaneceram opacas ao nosso conhecimento por serem sempre pressupostas por nossas demais crenças, aquelas que de fato têm uma história e que vêm se alterando com o passar dos séculos.

Diferentemente de Strawson, Quine sustentou que a busca da clareza sobre o que dizemos e pensamos não tem como ser sistematicamente perseguida de modo separado da busca científica pela verdade, isto é, da elaboração de teorias verdadeiras sobre a natureza. Não há como separar, ele argumentou, a justificação holística de teorias empíricas do esclarecimento daquilo que dizemos sobre o mundo. Ambos os empreendimentos são para ele como os lados de uma mesma moeda: tanto a busca da verdade quanto a busca da clareza são parte de um empreendimento maior de elaboração de uma teoria geral sobre o mundo. Esse é um dos pontos centrais de sua famosa divergência com Carnap.² Segundo

² Registrada em “Dois dogmas do empirismo” (1953) e retomada em *Word and Object* (1960), no qual Quine escreveu: “Carnap há muito vem sustentando que questões filosóficas, quando reais, são questões de linguagem” (1960, p. 149). No parágrafo seguinte, objeta: “Mas por que isso deveria ser verdadeiro de questões filosóficas e não de questões teóricas em geral?” (1960, p. 250), e argumenta que as questões teóricas de que se ocupam as ciências não são diferentes em gênero das questões filosóficas. Também elas são resolvidas em parte em razão de escolhas linguísticas. “A teoria da relatividade de Einstein foi aceita não apenas em consequência de reflexões sobre o tempo, a luz,

Quine, a escolha de um vocabulário claro para tratar de um conjunto de objetos faz parte do empreendimento científico de busca pela verdade. A escolha de uma teoria empiricamente adequada àquele conjunto de objetos, por outro lado, é parte do empreendimento (mais) filosófico de falar claramente sobre eles. Nossa busca por clareza linguística é moldada pelo que sabemos empiricamente sobre aquilo de que estamos falando, e nossa busca por verdades empíricas é moldada por nossa capacidade de formular teorias linguisticamente claras sobre o mundo. Nesse sentido, para Quine, filosofia e ciência não se distinguem por terem objetos ou métodos diferentes, mas tão somente pelo grau de abstração e generalidade com que tratam da realidade. Não há, para Quine, nenhum empreendimento filosófico que seja distinto em gênero do empreendimento científico (entendido de modo genérico). Em particular, não há uma metafísica que seja resultado de um empreendimento especificamente filosófico, como pensava Strawson, que trate filosoficamente (não cientificamente) dos pressupostos da própria ciência. Isto é o que caracteriza o que Quine chama de *naturalismo*: “o reconhecimento de que é no interior da ciência mesma, e não em uma filosofia primeira, que a realidade deve ser identificada e descrita” (1981b, p. 21). Não há, nessa filosofia, um ponto de vista externo às teorias que atualmente temos sobre o mundo, sobre nós mesmos e sobre a linguagem que usamos para tratar do mundo e de nós mesmos:

Não há esse exílio cósmico. Ele [o filósofo] não pode estudar e revisar o esquema conceitual fundamental da ciência e do senso comum sem ter algum esquema conceitual, este mesmo ou algum outro não menos carente de escrutínio filosófico, no qual possa trabalhar. Pode escrutinar e melhorar o sistema a partir de

corpos acelerados e as perturbações de Mercúrio, mas também em consequência de reflexões sobre a própria teoria, como discurso, e sua simplicidade comparativamente a teorias alternativas. Seu afastamento das concepções clássicas de tempo e comprimento absolutos é radical demais para ser eficientemente debatida no nível da fala sobre objetos desassistida da ascensão semântica [o procedimento pelo qual se deixa de falar dos referentes de um termo e passa-se a falar do próprio termo e seus usos]” (1960, p. 251).

dentro, apelando à coerência e à simplicidade; mas esse é o método do teórico em geral. Pode recorrer à ascensão semântica, mas isso também o cientista pode fazer. (1960, p. 254)

Desse modo, para Quine (1960, p. 147), “uma busca de categorias últimas, um delineamento dos traços mais gerais da realidade” – aquilo de que tradicionalmente se ocupou a metafísica – é apenas a parte mais geral e abstrata do empreendimento científico, sistematizado por meio de uma linguagem maximamente simples e coerente.

Temos aí, portanto, uma diferença importante nos projetos filosóficos de Strawson e Quine no que diz respeito às relações da filosofia com os empreendimentos científicos. Para Strawson, filosofia e ciência têm métodos e propósitos distintos; para Quine, não. Uma segunda diferença importante está no fato de Strawson conceber a linguagem e o senso comum como contendo uma metafísica, isto é, um núcleo básico de verdades subjacentes e pressuposto por qualquer pensamento (sofisticado ou prosaico). A descrição dos elementos desse núcleo básico de nosso pensamento são o objeto principal do projeto de Strawson de uma *metafísica descritiva*. Quine, ao contrário, sustentou que a linguagem e senso comum são teoricamente incoerentes e não sistemáticos, não contendo nenhuma metafísica. Não haveria, nesse nível, nenhuma concepção consistente do que há (uma ontologia) ou dos atributos do que há (uma cosmologia). Questões sobre existência ou atributos de coisas, para Quine, são questões técnicas, que exigem um vocabulário técnico (isto é, teórico) para poderem ser formuladas e respondidas. Respostas a questões desse tipo em geral exigem teorias, cuja elaboração é em parte produto da criação de uma linguagem técnica e em parte produto do que observamos no mundo e podemos daí inferir. Podemos, se quisermos, atribuir a Quine (1969) uma metafísica naturalizada (análoga à sua epistemologia naturalizada): um empreendimento de sistematização e simplificação das teorias empíricas (científicas)

com vistas a uma teoria maximamente geral e coerente de tudo o que há.³ Essa metafísica, portanto, não teria como objeto um núcleo básico a-histórico de nosso pensamento, mas seria uma sistematização maximamente simples e coerente do que sabemos sobre o mundo em dado momento de nossa história.

A metafísica *descritiva* de Strawson, por outro lado, “contenta-se em descrever a estrutura efetiva [*actual*] de nosso pensamento sobre o mundo”, sem preocupar-se em melhorá-la (1959, p. 9). Essa seria uma metafísica que, como escreveu Wittgenstein a respeito de sua própria filosofia, “deixa tudo como está” (1958, I, § 124). Strawson reconhece o valor de ambos os empreendimentos, tanto o da sua metafísica descritiva quanto o de uma metafísica revisionista, mas diz que esta última “está a serviço da metafísica descritiva” (1959, p. 9). A razão disso seria que só podemos compreender e avaliar uma revisão das estruturas de nosso pensamento se já compreendemos suficientemente bem as estruturas de nosso pensamento *atual*. Se não sabemos como pensamos agora, não temos como saber se mudanças serão proveitosas, e talvez nem saibamos direito o que estamos pensando quando propomos uma mudança. Nesse sentido, qualquer proposta de revisão precisaria partir de uma descrição adequada das estruturas do nosso pensamento atual. Segundo Strawson, portanto, não haveria metafísica revisionista sem metafísica descritiva. Nesse ponto, como vimos acima, há uma diferença importante com a filosofia de Quine. Para Strawson, o que está em questão é se vamos descrever ou revisar a estrutura mais básica de nosso pensamento, aquilo que ele chama de nosso “esquema conceitual” e que seria subjacente à linguagem comum e ao senso comum. Mas Quine nega que haja na linguagem e no senso comum uma teoria que possa ser revisada. No seu entender, nosso modo comum de falar e se comportar, embora útil para propósitos práticos, é incoerente de um ponto de vista teórico. Quine,

³ Sobre a “metafísica quineana”, ver Hylton (2007, Cap. 9).

portanto, não tem nenhuma proposta de revisão das estruturas de nosso pensamento, pois para ele a identificação e descrição de algo desse tipo só poderia ser feita a partir de alguma teoria (científica) do pensamento, o que não temos. Ao contrário, ele sustentou que a noção de *pensamento* não tem critérios de identidade claros e por isso não satisfaz o grau de rigor e precisão exigidos por uma teoria científica. Trata-se, portanto, de revisar e sistematizar não o senso comum ou a linguagem comum, mas as teorias científicas que temos, simplificando-as, tornando-as mais coerentes, claras e adequadas.

2. Notação canônica sem termos singulares

Em *Word and Object* (cap. 5) e outras obras, Quine apresentou uma proposta de regimentação da linguagem das ciências, na qual uma teoria geral (um “sistema do mundo”, como ele às vezes escreve, citando Newton) maximamente simples e coerente pudesse ser elaborada. Esse projeto seria contínuo aos empreendimentos das diversas ciências particulares, porém executado no mais alto grau possível de generalidade e abstração. Trata-se, a seu modo, de uma aposta na unificação das ciências, por meio da adoção de uma linguagem única adequada a todas as disciplinas científicas. Esse vocabulário regimentado (ou “notação canônica”, como ele escreveu) seria empregado apenas quando necessário e útil, preservando-se os usos não regimentados quando mais práticos. Trata-se de uma linguagem técnica que não tem por objetivo substituir a linguagem comum nas suas funções cotidianas, mas permitir a identificação e a descrição da realidade do modo mais claro e preciso possível. Seu fim, portanto, é teórico. Mesmo não sendo útil de um ponto de vista da fala cotidiana, a sua mera possibilidade demonstraria a unidade, coerência e simplicidade teórica desse sistema regimentado do mundo, e conteria as categorias básicas adequadas para a descrição dos traços mais gerais da realidade.

Os mesmos motivos que impelem os cientistas a buscarem teorias cada vez mais simples e claras, adequadas aos respectivos assuntos de suas ciências especiais, são motivos para a simplificação e clarificação da moldura [*framework*] mais geral compartilhada por todas as ciências. Aqui o objetivo é dito filosófico, em razão da amplitude da moldura em questão; mas a motivação é a mesma (Quine, 1960, p. 147).

A notação canônica efetivamente proposta por Quine foi a do cálculo de predicados de primeira ordem acrescido de predicados físicos. No seu entender, todas as teorias científicas seriam, em última análise, redutíveis a uma teoria em que apenas o vocabulário físico e lógico fosse empregado. Trata-se de uma hipótese, ou aposta, feita numa época em que o fisicalismo era mais popular nos meios filosóficos do que é hoje. Nas últimas décadas assistimos em diversos domínios, sobretudo na filosofia da biologia e na filosofia da mente, movimentos em sentido contrário, que identificaram dificuldades bastante grandes na realização de projetos fisicalistas como o de Quine.⁴ Isso sugere que o seu projeto de regimentação notacional, caso implementado hoje, teria de incluir também predicados da biologia e da psicologia. Mas esse não é nosso tema aqui. Voltemos ao ponto em questão.

Além de ser parcimoniosa no uso de predicados, a notação canônica de Quine também abole o uso de termos singulares, isto é, de termos usados para se referir a coisas particulares. A essa categoria pertencem os termos singulares indefinidos, como “toda maçã” e “alguma maçã”, tais como ocorrem, por exemplo, nas frases “toda maçã é uma fruta” e “algumas maçãs estão em sua cesta”. Em ambos os casos, conjuntos de números indeterminados de maçãs são referidos. Frases em que termos singulares indefinidos do tipo “todo *F*” e “algum *F*” (onde *F* é um termo geral qualquer – no exemplo acima, “maçã”) são usados podem ser todas

⁴ Sobre algumas dessas dificuldades, apresentadas por filósofos também naturalistas, ver, por exemplo, Godfrey-Smith (2014) e Dennett (1996).

parafraçadas da seguinte forma: “Todo F é um objeto x tal que.. x ..” e “Algum F é um objeto x tal que.. x ..”, que podem, por sua vez serem parafraçadas como: “Para todo objeto x , se x é F , então.. x ..” e “Existe um objeto x , se x é F , então.. x ..”. Estas últimas frases não contêm termos singulares. A referência a objetos ocorre por meio de quantificadores e variáveis ligadas.

Também podem ser eliminados por paráfrases os termos singulares *definidos*, isto é, expressões que são usadas para referir conjuntos particulares de objetos, como “esta maçã”, “a humanidade” e “Sócrates” (Quine, 1960, p. 148ss). A expressão “esta maçã” (acompanhada de um gesto demonstrativo, como um apontar com o dedo) pode ser parafraçada como “a maçã que está aqui” (igualmente acompanhada de um gesto demonstrativo), onde “estar aqui” é um termo geral atribuído a maçã. O uso dessa expressão em frases do tipo “A maçã que está aqui é vermelha” pode então ser parafraçada como uma descrição definida “O objeto x que é uma maçã e que está aqui é vermelho”, que, por sua vez, pode ser analisada segundo a técnica de Russell para descrições definidas: “ $(\exists x)(x$ é uma maçã & x está aqui) & $(\forall y)((y$ é uma maçã & y está aqui) $\rightarrow x=y$) & x é vermelha)”⁵. Nesta última frase, como na original, o uso de uma palavra demonstrativa (no caso, “aqui”) precisa vir acompanhado de um gesto demonstrativo. Mas diferentemente da original, a paráfrase não contém nenhum termo singular. Expressões do tipo “a humanidade” podem ser parafraçadas como expressões do tipo “todo objeto x tal que x é humano”. E, por fim, nomes próprios, como “Sócrates”, podem ser eliminados pela introdução de termos gerais verdadeiros apenas da pessoa ou objeto visado: “ x é Sócrates” ou “ x socratiza”, nos quais “ser Sócrates” ou “socratizar” são termos gerais. Trata-se, é claro, de um recurso que parece artificial – um truque! Sim, mas a notação canônica como um todo

⁵ O próprio Quine usa fórmulas mais curtas, um pouco diferentes dessa usada aqui. Ver Quine (1959, §37; e 1981a, § 27).

é um recurso artificial, como são em geral as linguagens técnicas. São criações para determinados fins. O fim visado, neste caso, é a simplificação da linguagem para propósitos teóricos.

Dentre as vantagens mencionadas por Quine (1960, § 38) para esse tipo de simplificação estão as de que ela (1) evita que a significatividade de uma frase dependa da existência dos objetos referidos pelos termos singulares que a compõem – alguns termos singulares podem não ter referência e, nesses casos, podem não querer dizer nada, o que pode também tornar sem sentido as frases que os contêm; e (2) evita hiatos nos valores de verdade das frases, pois frases contendo termos singulares sem referência (por exemplo, “Pégaso é um cavalo alado”) não parecem nem dizer algo verdadeiro nem algo falso sobre o mundo: dado que o termo “Pégaso” não tem referência, não é nem verdadeiro nem falso que se trate de um cavalo alado. Se fosse verdadeiro, Pégaso teria de ser um cavalo alado. Mas Pégaso não existe. Se fosse falso, deveria ser possível dizer de Pégaso que ele não é um cavalo alado, mas isso também não se pode fazer. Não existindo, nada dele se pode predicar. Evita-se esse pequeno problema nas paráfrases da notação canônica, justamente pela eliminação de termos singulares. Diferentemente do termo singular “Pégaso”, o predicado “ser pégaso” pode ter extensão vazia sem deixar de ser significativo. Assim, frases do tipo “Pégaso é um cavalo alado”, quando parafraçadas na notação canônica, passam a ser claramente falsas, pois não existe um objeto x tal que x é pégaso (ou pegasiza). Na história da lógica, outras soluções já foram propostas para lidar com frases desse tipo. A proposta de Quine é em certo sentido radical, pois propõe a eliminação completa de termos singulares da linguagem técnica da ciência e da filosofia. Mas em outro sentido ela pode ser vista como conservadora (“deixa tudo como está”), pois não apresenta essas paráfrases como *análises* das expressões que contêm termos singulares, mas apenas como uma proposta para outra linguagem, mais técnica e com fins diferentes dos das expressões originais. As frases da

notação canônica não pretendem captar o significado das frases originais – vale lembrar, a noção de significado é notoriamente contestada por Quine (1960, cap. 2). O que temos são frases diferentes que servem a propósitos diferentes. O propósito da notação canônica é científico e filosófico, isto é, técnico: identificar e descrever a realidade de modo simples e claro. Quando se trata de diálogos e negociações cotidianas, a linguagem comum é mais eficiente e simples, pois o grau de precisão e clareza buscados na ciência e na filosofia são excessivos e atrapalham a fluência dos intercâmbios. Em outros contextos, ele chama isso de uma “vida dupla” (1960, § 39) e “padrão duplo” [*double standard*] (1960, § 45): para fins filosóficos e científicos, a notação canônica é útil e recomendável, para análise e compreensão do que se diz em contextos menos técnicos, nem sempre.

3. As objeções de Strawson

Em diversos textos – especialmente “Singular terms, ontology and identity” (1956) e “Reference and its roots” (1998, publicado primeiramente em 1986, mas escrito em 1975) – Strawson criticou a proposta de Quine de uma notação canônica sem termos singulares. Esses textos foram comentados por Quine (1960, p. 169, n. 5; 1998 [1986]). À medida que essa discussão foi se desenvolvendo, seu tópico, que fora inicialmente centrado em termos singulares, foi ficando cada vez mais geral, terminando com um debate sobre, justamente, “duas concepções de filosofia”, que é o título do artigo de Strawson (1990), também comentado por Quine (1990).

Um argumento central na filosofia de Strawson (1959), destina-se a mostrar que a identificação demonstrativa de “particulares” – isto é, de coisas, pessoas, lugares ou eventos particulares – é parte essencial da estrutura de nosso esquema conceitual. Trata-se de algo tão fundamental que, a rigor, sequer conseguiríamos imaginar algum esquema conceitual que não contivesse esse tipo de identificação.

O ponto de partida do argumento geral de Strawson é a constatação de um fato:

Pensamos sobre o mundo como contendo coisas particulares, algumas das quais são independentes de nós mesmos; pensamos sobre a história do mundo como sendo composta de episódios particulares dos quais podemos ou não ter participado; e pensamos sobre essas coisas e eventos particulares como estando incluídos nos tópicos de nosso discurso comum, como coisas sobre as quais podemos conversar (1959, p. 15).

Esse é um fato sobre o nosso esquema conceitual. Strawson então investiga como esse fato é possível. A estrutura do argumento de Strawson pode, nesse sentido, ser descrita como sendo a de um argumento transcendental: começa com um fato óbvio, e procede regressivamente em busca de suas condições de possibilidade.⁶

A possibilidade de falarmos sobre coisas e eventos particulares, sustenta Strawson, depende de podermos identificar aquilo sobre o que falamos. Diálogos seriam inviáveis se isso não pudesse ser feito, e mesmo nossos pensamentos individuais seriam, no mínimo, confusos, pois sequer poderíamos saber do que estaríamos pensando. Não se trata aqui da possibilidade de se ter pensamentos verdadeiros, mas de se compreender qualquer pensamento, mesmo os mais simples.

Em nosso esquema conceitual, identificamos aquilo sobre o que pensamos e falamos de três maneiras básicas: por meio de descrições definidas, nomes próprios e demonstrativos (também chamados de *dêiticos*). Dizemos, por exemplo, que

- (i) O primeiro homem a pisar na Lua foi Neil Armstrong;
- (ii) Herman Melville escreveu *Moby Dick*; e que
- (iii) Ele é meu amigo.

⁶ Sobre essa estrutura argumentativa, ver, por exemplo, Taylor (1978-1979).

Na primeira frase, identificamos aquilo sobre o que falamos por meio de uma descrição definida (“o primeiro homem a pisar na Lua”), na segunda, por meio de um nome próprio (“Herman Melville”), e na terceira, por meio de um demonstrativo (“ele”).

Strawson argumenta que a identificação demonstrativa é a mais fundamental das três. Em última análise, toda identificação repousa sobre alguma identificação demonstrativa. Descrições podem identificar algo único, mas sempre fica em aberto a possibilidade de mais de uma coisa, evento ou pessoa particular satisfazê-la. Posso, por exemplo, descrever o computador em que escrevo agora estas linhas. Posso dizer que é um laptop, da marca tal, modelo tal e tal, fabricado em 2014 em Manaus etc. Esse tipo de descrição, no entanto, pode sempre ser satisfeita por mais de um objeto. Nada, na descrição, elimina essa possibilidade. Se de fato uma descrição é única, isso se deve a uma contingência empírica e não ao modo como a descrição delimita os objetos que a satisfazem. Posso sempre acrescentar características adicionais à descrição, de tal modo a restringir cada vez mais o número de objetos que podem satisfazê-la. Posso dizer que este computador tem um pequeno arranhão no canto inferior direito do teclado, que a tecla para a letra “A” está com defeito etc. Quanto mais extensa e completa for a descrição, mais improvável torna-se a existência de mais de um objeto que a satisfaça. Poderíamos talvez imaginar – embora efetivamente algo desse tipo seja impossível para qualquer inteligência conhecida – uma descrição completa, isto é, uma descrição de *todas* as características do computador. Mesmo que isso fosse possível, em tese ainda poderia ocorrer que outro objeto tivesse exatamente as mesmas características. Teríamos dois computadores qualitativamente idênticos, embora numericamente distintos. Strawson nos convida a imaginar um cenário desse tipo aventando a possibilidade de “reduplicação em massa” de um setor do universo:

[...] pode haver outro particular, satisfazendo a mesma descrição, em outro setor do universo. Mesmo se alargarmos a descrição de tal modo que ela incorpore uma descrição dos aspectos salientes do universo em questão, ainda careceríamos de uma garantia de que a descrição individual. O outro setor pode reproduzir esses aspectos também. Por mais que acrescentemos à descrição do setor que conhecemos – seus detalhes internos e suas relações externas – essa possibilidade de uma reduplicação massiva permanece aberta. Nenhuma extensão do nosso conhecimento do mundo pode eliminar essa possibilidade. Assim, por mais extenso que seja o conhecimento do falante e por mais extenso que seja o do ouvinte, nenhum pode saber se a descrição identificadora do primeiro de fato se aplica univocamente (1959, p. 20).

Pode ser que em algum outro recanto do universo tenha havido alguém também chamado Neil Armstrong, que também foi um astronauta nascido em um planeta também chamado Terra, que também tem um satélite natural chamado Lua, e no qual ele foi o primeiro homem a pisar, no ano de 1969, segundo o calendário local. Podemos imaginar que tudo nesse setor do universo é qualitativamente idêntico ao que temos aqui, no nosso setor do universo. Nesse caso, todas as nossas descrições, por mais precisas e completas que sejam, seriam ambíguas, isto é, não seriam *identificadoras*.⁷

Nomes próprios apresentam o mesmo problema. Duas pessoas (ou objetos, ou cidades, ou eventos, ou o que seja) podem ter o mesmo nome, por mais longo que este seja (pense, por exemplo, nos números de RG ou CPF). Segundo Strawson, o único meio de evitar esses problemas e garantir a identificação unívoca de um particular é por meio de identificações *demonstrativas*. Apenas esse modo de identificar (coisas, pessoas etc.) particulares estabelece uma conexão espaciotemporal direta entre aquele que usa a expressão e o particular referido. Quando aponto para um objeto e digo “esta maçã” estou falando da maçã para a qual

⁷ Esse tipo de argumento tem antecedentes kantianos, que comentei em Severo (2005).

aponto, mesmo que haja uma maçã qualitativamente idêntica em outro setor do universo. Quando falo com alguém e refiro-me a ela por meio da palavra “tu” é à pessoa com quem *atualmente* falo que me refiro, mesmo que haja alguém qualitativamente idêntica a ela e com exatamente o mesmo nome próprio, RG e CPF em algum outro recanto do universo. Além disso, Strawson nota, é por meio de identificações demonstrativas que em última análise fixamos o significado de nomes próprios (“*Esta* criança se chamará Clara”, disseram os pais de Clara pouco antes dela nascer) e de termos gerais (“Vamos chamar bichos *deste* tipo de cangurus”, talvez tenha dito (em inglês, é claro) o famoso Capitão Cook).

Nos artigos acima mencionados, de (1956) e (1998 [1986]), Strawson critica a notação canônica de Quine por propor a eliminação de termos singulares. São dois os argumentos principais de Strawson. Primeiro, ele sustentou que uma linguagem sem termos singulares não teria como fazer referências identificadoras. A razão disso seria que identificações demonstrativas funcionam como termos singulares em nosso esquema conceitual. Portanto, a eliminação de termos singulares implicaria, forçosamente, na eliminação de identificações demonstrativas.

Quine tratou dessa crítica em *Word and Object* (1960, p. 169, n. 5), sustentando que nem todos os demonstrativos são eliminados na notação canônica: termos singulares *demonstrativos* podem ser parafraseados como descrições *demonstrativas*. Frases contendo expressões do tipo “esta maçã” (acompanhadas de um gesto demonstrativo, como apontar com o dedo), seriam parafraseadas por frases contendo descrições definidas demonstrativas do tipo “a maçã aqui” (igualmente acompanhadas de um gesto demonstrativo). Essa descrição definida seria então eliminada segundo a técnica de Russell mencionada acima, mas a palavra “aqui” permaneceria, acompanhada de um gesto demonstrativo. Seria, nesse caso, um termo geral atribuído a maçã.

O segundo argumento de Strawson diz que a compreensão das paráfrases da notação canônica de Quine exige a compreensão

dos termos singulares demonstrativos que compõem as frases parafraseadas. A razão disso estaria na necessidade de identificações demonstrativas para fixar o significado dos termos gerais usados na notação canônica. A esse argumento Quine responde dizendo que a notação canônica tem uma finalidade técnica (científica e filosófica) e que não tem por objetivo substituir a linguagem cotidiana nem eliminar o uso de palavras demonstrativas (acompanhadas de gestos demonstrativos).

Trata-se, portanto, de abordagens diferentes de um mesmo assunto, que revelam projetos filosóficos distintos. A perspectiva de Strawson é a busca do esclarecimento daquilo que comumente dizemos quando falamos de coisas particulares, e do que é pressuposto pelo nosso discurso comum. Nossa fala e nossos pensamentos comuns tratam de particulares. E para identificá-los univocamente, usamos demonstrativos, que via de regra funcionam na linguagem comum como termos singulares. A perspectiva de Quine é a de quem quer uma teoria maximamente coerente e simples do universo. Ele buscou contribuir para esse fim por meio do projeto de uma linguagem (a “notação canônica”) que fosse capaz de unificar as linguagens de todas as disciplinas científicas particulares e que fosse o mais simples possível. Essa linguagem não tem por objetivo esclarecer o que cotidianamente dizemos. Trata-se, ao contrário, de uma linguagem diferente da cotidiana e que tem fins também diferentes (fins técnicos, científicos e filosóficos). Portanto, o que Quine diz sobre sua notação canônica em nada afeta o que Strawson tem a dizer sobre a necessidade de demonstrativos para a identificação de particulares. Mas tampouco o que Strawson diz sobre os pressupostos da nossa fala comum afeta o que Quine tem a dizer sobre a eliminação de termos singulares de sua notação canônica. Nessa interação filosófica entre os dois, como em muitas outras da história da filosofia, a divergência explícita foi em boa medida uma pseudo-divergência. Mas revelou as perspectivas e projetos

diferentes de suas filosofias, em que diferenças e incongruências são bastante reais.

4. Duas concepções de filosofia

A terceira e última interação direta entre Strawson e Quine – ocorrida por ocasião da publicação do livro *Perspectives on Quine* (1990), para o qual Strawson contribuiu um artigo, que foi comentado por Quine (1990) –, tornou-se mais reflexiva e abstrata, passando a tratar das concepções de filosofia dos dois. Strawson então argumentou que a sua filosofia, por ter como meta a análise e compreensão da linguagem comum, não exige nem exclui precisão na individuação do que há, e admite uma ontologia mais liberal. Fala de estilos de pintura, de penteados de cabelo e de caminhar, por exemplo, além de outras coisas identificáveis mas de delimitação vaga ou ambígua, como as designadas por “azul”, “esperto”, “alegre”, “generoso” ou por palavras relacionais como “ama” (Strawson, 1990, p. 314). Muitas entidades identificáveis no discurso comum não são entidades na filosofia científica de Quine. Strawson (1990, p. 312) especula que a escolha entre essas filosofias não seja uma questão de certo ou errado, mas, em última análise, de temperamento individual.

Quine responde ao artigo de Strawson dizendo que “fez as pazes com a vagueza” e que mesmo objetos físicos têm fronteiras vagas. Mas rejeita que se aceitem entidades sem critérios de individuação. Novamente, o que está implícito aqui é a tese de que questões filosóficas são questões técnicas, que só podem ser formuladas e respondidas com linguagens técnicas e no interior de uma teoria sobre o mundo:

Meu ponto não é que a linguagem comum é escorregadia, por mais escorregadia que seja. Temos de reconhecer esse gradiente pelo que é, e reconhecer que uma ontologia delimitada simplesmente não está implícita na linguagem comum. A ideia de uma fronteira entre o ser e o não ser é uma ideia filosófica, uma ideia da ciência

técnica em sentido amplo. Cientistas e filósofos buscam um sistema compreensivo do mundo, que esteja orientado à referência ainda mais direta e plenamente que a linguagem comum. A preocupação ontológica não é uma correção do pensamento e da prática leigas; ela é estranha à cultura leiga, embora brote dela [*though an outgrowth of it*] (Quine, 1981b, p. 9).

Desse modo, as divergências de fundo entre Strawson e Quine dizem respeito ao que a filosofia faz ou pode fazer. Para Quine, a filosofia é a parte mais geral e abstrata da ciência. Sua meta principal é a sistematização e simplificação de uma teoria geral do mundo. Em razão disso, Quine vê as análises de Strawson do nosso “esquema conceitual” como contribuições (às vezes equivocadas, mas contribuições mesmo assim) ao desenvolvimento dessa teoria geral. O discurso comum e o senso comum fazem parte daquilo que essa teoria tem de descrever e explicar. Para Strawson, ao contrário, a filosofia é um empreendimento de análise daquilo que dizemos e pensamos em geral. Alguns dos pressupostos do que dizemos e pensamos são tão básicos que sequer se revelariam numa análise e são em geral opacos às teorias (pois são pressupostas e usadas por elas). Em razão disso, Strawson vê o trabalho de Quine como uma contribuição para a explicitação daqueles pressupostos, que às vezes se revelam apenas por contraste ou estiramento das possibilidades do nosso esquema conceitual (que é em parte o que a metafísica naturalizada de Quine faria). A objeção principal de Strawson a Quine, nesse sentido, seria que sua teoria geral do mundo pressupõe, junto com toda a ciência e todo o senso comum, o “núcleo massivo central” do nosso esquema conceitual. A objeção principal de Quine a Strawson, por outro lado, seria a de que para identificarmos esse núcleo – caso ele exista – precisamos de uma boa teoria (e as melhores que temos hoje são as científicas, aperfeiçoadas pelo trabalho de generalização e sistematização dos filósofos, é claro!).

Gostaria de finalizar esse trabalho notando a elegância desses intercâmbios entre Strawson e Quine. Trata-se de exemplos

notáveis de paciência, busca de compreensão e respeito mútuo. Nenhuma palavra fora de lugar, nenhuma entonação fora de esquadro. Algo raro, mas não impossível, como se vê.⁸

Referências

- Dennett, D. *Kinds of minds*. New York: Basic Books, 1996.
- Faria, P. História da filosofia analítica. In: J. Branquinho et al. (orgs). *Enciclopédia de termos lógico-filosóficos*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- Godfrey-Smith, P. *Philosophy of biology*. Princeton: Princeton University Press, 2014.
- Hylton, P. *Quine*. New York: Routledge, 2007.
- Quine, W. V. Two dogmas of empiricism. In: Quine, W. V. *From a logical point of view*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1953.
- Quine, W. V. *Methods of logic*. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1959.
- Quine, W. V. *Word and object*. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1960.
- Quine, W. V. Epistemology naturalized. In: Quine, W. V. *Ontological relativity and other essays*. New York: Columbia University Press, 1969.
- Quine, W. V. *Mathematical logic*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1981a.
- Quine, W. V. *Theories and things*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1981b.
- Quine, W. V. Reply to P. F. Strawson. In: L. E. Hahn & P. A. Schilpp (eds.). *The philosophy of W.V. Quine*. Chicago: Open Court, 1998 [1986].

⁸ Agradeço a Guilherme Gräf Schüler por discutir comigo esses assuntos, e por comentar e corrigir este trabalho.

- Quine, W. V. Comment on Strawson. In: R. Barrett & R. Gibson, *Perspectives on Quine*. Cambridge, Mass.: Basil Blackwell, 1990.
- Severo, R. P. Three remarks on the interpretation of Kant on incongruent counterparts. In: *Kantian Review* 9, 2005.
- Strawson, P. F. Singular terms, ontology, and identity. In: *Mind*, 65, 1956.
- Strawson, P. F. *Individuals: an essay in descriptive metaphysics*. London: Methuen, 1959.
- Strawson, P. F. Reference and its roots. In: L. E. Hahn & P. A. Schilpp (eds.), *The philosophy of W.V. Quine*. Chicago: Open Court, 1998.
- Strawson, P. F. Two conceptions of philosophy. In: R. Barrett & R. Gibson, *Perspectives on Quine*. Cambridge, Mass.: Basil Blackwell, 1990.
- Taylor, C. The validity of transcendental arguments. In: *Proceedings of the Aristotelian Society New Series*, 79, 1978-1979.
- Wittgeinstein, L. *Tractatus logico-philosophicus*. Tradução de L.H. Santos. São Paulo: EDUSP, 2008.
- Wittgeinstein, L. *Philosophical investigations*. Transl. by G.E.M. Anscombe. Oxford: Basil Blackwell, 1958.

Sobre os autores

Cristina de Moraes Nunes é professora e Coordenadora do curso de Filosofia da Faculdade Palotina (FAPAS) e professora no curso de Psicologia da Faculdade Integrada de Santa Maria (FISMA). Possui graduação, mestrado e doutorado em Filosofia pela Universidade Federal de Santa Maria. Tem experiência na área de Filosofia, com ênfase em Epistemologia, Filosofia da Linguagem e Ética.

Itamar Luís Gelain é graduado em Filosofia pela Faculdade Palotina (FAPAS). Mestre em Filosofia pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Doutor em Filosofia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Atualmente é professor da Escola de Direito e da Escola de Educação e Humanidades do Centro Universitário - Católica de Santa Catarina. Tem experiência na área de Filosofia Moderna e Contemporânea, com ênfase em Metafísica, Teoria do conhecimento, Ética, Hermenêutica Jurídica e Filosofia do Direito.

Jaimir Conte é graduado e mestre em Filosofia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Doutor em Filosofia pela Universidade de São Paulo (USP). Atualmente é professor Associado do Departamento de Filosofia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e editor associado da revista Principia. Temas e autores de interesse: Ceticismo antigo e moderno, Sexto Empírico, Montaigne, Descartes, George Berkeley, John Locke, David Hume.

Jônadas Techio é professor adjunto no Departamento de Filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Obteve títulos de Bacharel, Mestre e Doutor em Filosofia pela UFRGS, com estágio doutoral na Universidade de Oxford. Atualmente está em licença sabática desenvolvendo uma pesquisa sobre cinema e filosofia nas Universidades de Leipzig e Chicago (2018-2019). Tem experiência na área de Filosofia, com ênfases em Metafísica, Epistemologia, Filosofia da Mente e da Linguagem, Filosofia Moderna e Contemporânea e Filosofia do Cinema.

Lucas Angioni possui graduação, mestrado e doutorado em Filosofia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Atualmente é professor da Universidade Estadual de Campinas, na área de História da Filosofia Antiga (sobretudo Platão e Aristóteles), atuando principalmente nos seguintes temas: metafísica, teoria da predicação, ética e teoria das explicações científicas.